



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulher e Relações de Gênero

## **RAÇA, CLASSE E GÊNERO NA PERSPECTIVA DOS FEMINISMOS NEGROS: UMA ANÁLISE DO PENSAMENTO DAS MULHERES NEGRAS AFROAMERICANAS E AFROBRASILEIRAS**

Maíra Lopes dos Reis

*Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB – mairalopes@ufrb.edu.br*

**Resumo:** As relações de gênero são fundamentais em todas as formações sociais que conhecemos e são centrais para o entendimento de questões referentes a: divisão do trabalho, dominação, política, exploração e ideologia, dentre outras. No entanto, como a análise dessas relações não se configura numa dimensão única de vivência e constituição das ações sociais, é preciso articular a categoria de gênero com outras dimensões relacionais, principalmente classe e raça. Quando se tem uma perspectiva feminista de análise da realidade, na qual o gênero seja uma variável teórica, a questão da raça entra no debate como uma dimensão das formas de opressão. Pode-se ter como exemplo, desse viés analítico, a situação das mulheres negras, que dentro das relações de classe, concentra o mais alto grau de opressão, por ser negra, mulher e trabalhadora. Neste sentido, o artigo apresentado tem como objetivo abordar a construção do pensamento feminista negro afro americano a partir das conexões entre raça, gênero e classe e as repercussões desta teoria no movimento de mulheres negras afrobrasileiras. Trata-se de um estudo teórico embasado em autoras não brancas como Angela Davis, Patricia Hill Collins, Bell Hooks, Audre Lorde, bem como, autoras feministas negras brasileiras como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo. Analisar as construções teóricas de autoras negras de espaços geográficos distintos nos oportuniza observar que dentro do feminismo negro existe uma diversidade de perspectivas por inscrever uma multiplicidade de experiências, construindo um movimento feminista particular, ao qual a teoria se entrelaça com a ação política.

**Palavras Chave:** Raça, Gênero, Classe; Feminismos Negro.

### **INTRODUÇÃO**

Enquanto que em outros momentos históricos insistiu-se, sobretudo, nas noções de continuidade e unidade, hoje, vive-se em um período marcado pela ênfase dada às noções de ruptura, de diferença e pluralidade. Como uns dos traços característicos do pensamento contemporâneo prevalecem às categorias de multiplicidades, novas categorias de análise como identidades, estilos de vida, movimentos sociais ganham

proeminência, e a sociedade de classes assume a forma de grupos e movimentos sociais, baseados em etnicidade, sexo, localidades, dando lugar a uma grande diversidade de arranjos singulares (SORJ, 2000). Diante dessas transformações, outras categorias ou marcadores sociais de diferença como gênero e raça passaram a ser vistos como igualmente importantes aos determinantes de classe no processo de mobilização política (SARDENBERG:



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

2015, p.58). As relações de gênero são fundamentais em todas as formações sociais que conhecemos e são centrais para o entendimento de questões referentes a: divisão do trabalho, dominação, política, exploração e ideologia, dentre outras. No entanto, como a análise dessas relações não se configura numa dimensão única de vivência e constituição das ações sociais, é preciso articular a categoria de gênero com outras dimensões relacionais, principalmente classe e raça. Quando se tem uma perspectiva feminista de análise da realidade, na qual o gênero seja uma variável teórica, a questão da raça entra no debate como uma dimensão das formas de opressão. Pode-se ter como exemplo, desse viés analítico, a situação das mulheres negras, que dentro das relações de classe, concentra o mais alto grau de opressão, por ser negra, mulher e trabalhadora.

De acordo com Brah (2006) nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder, de modo que nossas inserções nestas relações de poder se realizam por meio de processos econômicos, políticos e ideológicos e nessa estrutura não somos apenas mulheres, mas sujeitos categorizados em condições sociais específicas. Deste modo, o feminismo se apresenta como instrumento

fundante para transformar as relações sociais de poder imbricadas no gênero, e o feminismo negro especificamente desconstruiu “discursos que afirmavam a primazia, da classe ou do gênero sobre os demais eixos de diferenciação, e interrogava as construções de tais significantes privilegiados enquanto núcleos autônomos unificados” (BRAH:2006, p.357).

Neste sentido, este artigo tem como objetivo abordar a construção do pensamento feminista negro afroamericano a partir das conexões entre raça, gênero e classe e as repercussões desta teoria no movimento de mulheres negras afrobrasileiras. Trata-se de um estudo teórico embasado em autoras não brancas como Davis(1981), Collins (2015), Hooks (1995), Lord(1984) e autoras feministas negras brasileiras como Carneiro (2002), Gonzalez (1988), Cardoso (2012). Analisar as construções teóricas de autoras negras de espaços geográficos distintos nos oportuniza observar que dentro do feminismo negro existe uma diversidade de perspectivas por inscrever uma multiplicidade de experiências, construindo um movimento feminista entre teoria e prática que contesta a ideia de hierarquizações entre os marcadores sociais de opressão, de modo que as



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

conexões entre gênero, raça e classe não se dão de forma paralela.

## **CONSTRUÇÃO DO FEMINISMO NEGRO AFROAMERICANO**

O pensamento feminista negro surge a partir de uma proposta que relaciona as categorias de gênero, raça, classe e sexualidade, e tem contribuído para elaboração da teoria feminista, demonstrando como o racismo, junto com o sexismo e classismo afetam as mulheres. O pensamento antirracista e pós-colonial surge na década setenta nos Estados Unidos, assumindo um posicionamento de descolonizar a partir de registros e produções teóricas de práticas subalternizadas, racializadas e sexualizadas, de modo, a reconhecer que as lutas e os processos de resistência das mulheres sirvam para elaboração de teorias (CURIEL: 2007).

No entanto, esses processos de resistências antecedem esse período, pois já em 1851 ocorreu na cidade de Akron, Ohio, nos Estados Unidos a primeira Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres, este evento é marcado pelo discurso de Sojourner Truth mulher negra, abolicionista, afro-americana e ativista dos direitos da mulher, chamado: “*E eu não sou uma mulher?*” Este discurso foi uma inspiração para o movimento

feminista do século XIX, que reivindicavam os direitos das mulheres, a lutar pela liberdade e contra a opressão racista, mas também da dominação sexual.

Segundo Davis (1981) Sojourne Truth foi a única mulher negra a participar da convenção de Akron, e enfrentou os argumentos acerca da supremacia masculina, e de que a fragilidade feminina era incompatível com o sufrágio, defendeu de forma contundente a causa do seu sexo, sua fala estabeleceu um espírito de luta militante que é uma inspiração para os dias atuais, pois além de responder aos defensores da supremacia masculina, essa mulher negra também estava dando lição para as mulheres brancas expondo como o marcador de classe e o racismo do novo movimento de mulheres, pois nem todas as mulheres eram brancas ou tinham a oportunidade de usufruir o conforto material da classe média burguesa, assim sua condição de raça e situação econômica serem diferentes das demais presentes na convenção não anulava sua condição de mulher, “e como mulher negra, sua reivindicação por direitos iguais não era menos legítima do que a das mulheres brancas de classe média” (DAVIS:1981,p 73). De igual modo, destaca-se Rosa Parks, que se negou a ceder seu assento a um homem branco e mover-se para a parte



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

detrás do ônibus, transgredindo a absurda lei da época de segregação racial nos Estados Unidos em 1955.

Estas duas mulheres citadas são alguns exemplos dessa genealogia do movimento feminista negro, que para além de denunciar a situação social das mulheres negras, e especificidade de sua condição marcada pelos determinantes de gênero, raça e classe, experimentados de forma simultânea, também evidencia a invisibilidade dessas mulheres como sujeitos do movimento feminista.

Como já foi dito, foi a partir dos anos 70 que as feministas negras estadunidenses, passaram a questionar o movimento negro que não levava em consideração a situação do gênero específico das mulheres negras nas análises sobre o racismo, e a denunciar os movimentos feministas que em suas teorizações não articulavam os determinantes de classe e raça sob as vivências das mulheres negras. Uma das expressões de organização deste movimento é a Coletiva do Rio Combahee (Combahee River Collective) constituída por feministas negras que se organizaram desde 1974 com intuito de fazer um trabalho político no interior do próprio grupo e em coalizão com outras organizações e movimentos

progressistas, e estando comprometidas com a luta contra a opressão racial, sexual, heterossexual e classista, como mulheres Negras, enxergavam o feminismo negro como o movimento político para combater as múltiplas opressões que enfrentam as mulheres de cor.

A primeira declaração deste coletivo foi lançada em abril de 1977, este documento colocava em pauta elementos acerca da gênese do Feminismo Negro contemporâneo que se origina a partir da realidade histórica das mulheres afroamericanas e sua luta pela sua sobrevivência e libertação, no entanto, a presença feminista negra aparece com a segunda onda do movimento da mulher anglo-americana no final dos anos 60, porém, tanto as mulheres negras como as terceiro-mundistas foram invisibilizadas dentro deste movimento por conta do racismo e elitismo dentro do movimento.

Salienta-se que a política feminista negra teve uma conexão com os movimentos de libertação Negros nas décadas de 60 e 70, muitos mulheres participaram das Panteras Negras, do movimento dos Direitos Civis e Nacionalismo Negro, mas tiveram experiências de desilusão com esses movimentos libertários, o que as levou a



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
Mulheres Pretas e Brancas

construir uma política que fosse antirracista, diferente das mulheres brancas, e antissexista, à diferença dos homens Negros e brancos.

Bell Hooks (2015) traz uma crítica incisiva ao discurso feminista branco, em sua análise, o movimento reforçou a supremacia branca e o racismo, negando a possibilidade de que as mulheres se conectem politicamente, interligando fronteiras étnicas e raciais, de modo, que a não inclusão de análise e enfrentamento das hierarquias raciais, suprimiu a conexão entre raça e classe. A autora argumenta que um fundamento central do pensamento feminista moderno tem sido a afirmação de que “todas as mulheres são oprimidas”, tal a assertiva indica que as mulheres compartilham a mesma sina, que marcadores de classe, raça, religião, orientação sexual não proporcionam uma diversidade de experiências que determina até que ponto o sexismo será uma força opressiva na vida de cada mulher.

Ochy Curiel (2007) discute em seu texto *Crítica pós-colonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista* que desde o surgimento do feminismo, as mulheres afrodescendentes e indígenas, entre outras, tem enfatizado de maneira significativa a ampliação de suas perspectivas teóricas e

políticas. Pois estas mulheres têm sido colocadas em lugares subalternizados na esfera da sociedade, como também na ciência social e no próprio feminismo, devido ao caráter universalista e todo recorte racista que as recortam. Para Curiel (2007) o Combahee River Collective partiu de uma identidade de viés essencialista sustentada nas práticas das mulheres racializadas, sua proposta fundamentada em uma interseccionalidade de dominações. A autora ainda cita que Barbara Smith, uma das fundadoras do coletivo acentuou a interseccionalidade de raça, de sexo, da heterossexualidade na vida e opressão das mulheres, sua insistência sobre este debate foi tão profícua, que para difundir este pensamento Smith fundou junto com Audre Lorde o editorial *Kitchen Table: Women of Color Press*. Para essas autoras a imbricação destas múltiplas opressões significava assumir uma posição radical.

Audre Lorde (1984), assim como Bell Hooks teceu críticas as feministas brancas e burguesas, por centrar somente nas experiências e valores das mulheres da classe média, seus escritos são fundamentados na “teoria da diferença”, e na ideia de oposição binária entre homens e mulheres seria extremamente simplista e



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

ocultaria diferenças dentro da própria categoria mulher relacionadas à classe e raça. Lorde apontava que as experiências das mulheres negras são distintas, bem como, as experiências de lésbicas não são consideradas nas políticas feministas e defendia que não há hierarquia de opressão, se auto definia como Outro em cada grupo que fazia parte, “ a que está fora. Todas as militantes feministas negras evidenciam que estão em uma posição incomum nesta sociedade, pois estão coletivamente na parte inferior da escada do trabalho, em uma condição social inferior a qualquer outro grupo, suportando a opressão machista, racista e classista. Estas mulheres apresentam uma experiência de vida que desafia diretamente a essa estrutura social, sendo que essa experiência pode moldar suas consciências de maneira que suas próprias visões de mundo sejam diferentes da quem tem um grau de privilégio (HOOKS: 2015).

Collins (2000) no texto *Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro* apresenta os traços do feminismo negro, e afirma que este pensamento pode ser compartilhado com muitos outros corpos do conhecimento, mas que o pensamento negro estadunidense apresenta contornos particulares. Para ela o feminismo negro segue sendo importante

porque as mulheres negras dos Estados Unidos constituem um grupo oprimido. Assim, destaca como principais traços distintivos do pensamento feminista negro, ser uma teoria social que tem como objetivo empoderar as mulheres afroamericanas em um contexto de injustiça social sustentada por opressões interseccionais. Um segundo traço surge da tensão que vincula com experiências e ideias, o terceiro traço do pensamento feminista concerne com as conexões entre as experiências das mulheres negras estadunidenses com uma coletividade heterogênea, suas vivências históricas coletivas com a opressão podem estimular um ponto de vista que promove o ativismo.

Para Collins (2000) como membros de um grupo oprimido, essa mulher negra tem fomentado práticas e conhecimentos alternativos projetados para promover o empoderamento do grupo. Contrastando com a relação dialética que conecta opressão e ativismo, uma relação dialógica que caracteriza as experiências coletivas e o conhecimento grupal. Em ambos os níveis, individual e coletivo, uma relação de diálogo indica que as mudanças no pensamento podem produzir ações distintas e que a transformação das experiências pode estimular uma mudança da consciência. Quando se fala em relação



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

dialogica, considera o feminismo negro como uma teoria social crítica em que implica teorizar sobre as questões sociais em defesa da justiça econômica e social, devendo abarcar corpos de conhecimento e conjunto de práticas institucionais que lida ativamente com as questões centrais que as mulheres negras enfrentam como grupo.

Outro traço importante do pensamento do feminismo negro são as contribuições das intelectuais afroamericanas, pois estas tem a tarefa de fazer perguntas adequadas e investigar todas as dimensões do ponto de vista das mulheres negras. Elas são centrais na produção deste pensamento porque somente elas podem promover a autonomia necessária para realizar coalizões efetivas com outros grupos.

Collins (2016) descreve que o pensamento feminista negro se baseia em ideias produzidas por mulheres negras na perspectiva singular de suas experiências, é sobre esse chão que as intelectuais negras irão produzir suas teorias, pois negar-lhes a sua experiência é matar a existência do sujeito.

Assim conforme sinaliza Brah (2006) o feminismo negro escancarou discursos que assentavam a primazia da classe ou do gênero sobre os demais eixos de diferenciação, e questionou as construções de tais

significantes privilegiados enquanto núcleos autônomos unificados. O feminismo negro não só representava um sério desafio aos racismos centrados na cor, mas sua significação ultrapassa esse desafio.

E embora constituído em torno da problemática da “raça”, o feminismo negro desafia a performativamente os limites de sua constituição. O sujeito político do feminismo negro descentra o sujeito unitário e masculinista do discurso eurocêntrico, e também a versão masculinista do “negro” como cor política, ao mesmo em que perturba seriamente qualquer noção de “mulher como categoria unitária” (p.357).

As mulheres do feminismo negro trouxeram em suas análises e reivindicações a especificidade de sua condição social demarcada pelos marcadores de opressão de gênero, raça e classe, experimentados de forma simultânea, e construíram a partir de coletivos que associavam a prática política e intelectual o conceito da interseccionalidade que será abordado a seguir.

## **RAÇA, CLASSE E GÊNERO E A SIMULTANEIDADE DAS OPRESSÕES: O DEBATE**



O movimento político das mulheres negras na construção de ferramentas de enfrentamento as dominações e desigualdades que estruturam as relações sociais elaboraram um conceito que faz conexões entre os marcadores de gênero, raça e classe em uma perspectiva de interseccionalidade, fazendo uma reflexão de que esses marcadores não são dimensões fixas, mas estão imbricados no terreno das relações sociais, que são dinâmicas.

O foco à interligação entre raça, gênero e opressão de classe é um tema com centralidade no trabalho das feministas negras, pois enquanto a realidade das mulheres negras não puderem ser compreendidas sem dar atenção à natureza interligadas das estruturas de opressão que limitam suas vidas, as experiências das mulheres afroamericanas sugerem que possibilidades de ativismo existem dentro dessas estruturas múltiplas de dominação. A atenção que as feministas negras dão à natureza interligada da opressão é significativa, pois implícita nessa visão está uma perspectiva alternativa humanista para a organização da sociedade (COLLINS:2016).

Patricia Hill Collins no texto “*Em direção a uma nova visão:*

*raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão*” afirma que é necessário novas categorias de análise que incorporem raça, classe e gênero como estruturas de opressão distintas, mas imbricadas, e devemos afastar os discursos de análises somatórias ou aditivas de opressão. Para a autora reflexões somatórias da opressão se assentam, diretamente, nos pilares de pensamento de quantificar e hierarquizar todas as relações para que se saiba onde alguém se localiza. Essas abordagens enxergam as mulheres afroamericanas como sendo mais oprimidas que todos/as porque a maioria das mulheres negras enfrentam os efeitos negativos das opressões simultaneamente. “Raça, classe ou gênero podem estruturar uma situação, mas podem não ser igualmente visíveis e/ou importantes nas definições das pessoas” (COLLINS:2015,p.18). Sendo que se para as mulheres brancas de classe média o gênero pode ser central sobre suas experiências, que não é igual para as mulheres hispânicas pobres que lutam por melhores condições de trabalho. Reconhecer que uma categoria por ter primazia sobre outras por determinado tempo e espaço não minimiza o significado teórico de supor que raça, classe e gênero são categorias de análise que estruturam todas as relações, isso não significa a





## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

negação de que determinados grupos vivenciam dinâmicas de opressão mais intensas que outros, embora gênero, raça e classe estruturam a vida dos sujeitos na sociedade, esses eixos não são vistos de forma igual, do mesmo modo apresenta igual importância na visão de indivíduos diferentes.

A respeito disso, Sardenberg (2015) acrescenta que se essas categorias estruturam a vida das pessoas, o nível de vulnerabilidade que a elas poderão atribuir dependerá também da presença de “matrizes macroestruturais de opressão, a saber, sexismo, racismo, capitalismo (ou outro sistema econômico baseado em classes sociais hierarquizadas), etarismo, heteronormatividade, etc” (p.78).

O conceito de interseccionalidade foi elaborado pela advogada negra feminista Kimberlé Crenshaw em um artigo onde buscava explicar as violências específicas sofridas por mulheres negras (SARDENBERG: 2015). Crenshaw (2002) entende a interseccionalidade enquanto uma conceituação do problema, que procura capturar as consequências estruturais e dinâmicas de interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Para elaboração conceitual da interseccionalidade, a autora utilizou a metáfora das avenidas que

se entrecruzam, considerando como raça, gênero, classe, etnia, atuam como eixos de poder. Analisando que dependendo do contexto, o “tráfego” pode ser mais intensificado em umas avenidas e menos em outras, ou mesmo, um fluxo mais forte em todas, como ocorre com as “mulheres racializadas”. Crenshaw (2002) aborda que as “mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o ‘tráfego’ que flui através dos cruzamentos” (p.177).

Essa abordagem evidencia que os limites das reflexões realizadas somente a partir de uma ótica desses eixos de subordinação, reconhecendo as diversas identidades e suas respectivas maneiras de opressão, além disso, o olhar que as feministas negras deram a natureza imbricada da opressão está implícito uma perspectiva alternativa para humanização da organização social, e serem mais sensíveis em analisar como esse sistema também afetam homens afroamericanos, pessoas de cor e o próprio grupo dominante. Corroborar-se com a perspectiva de Cardoso (2012) que a relevância de pensar a subordinação a partir de uma visão interseccional, pois permite entender que a opressão



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

experimentada a partir de um lugar que é dado pela forma como gênero, raça, classe e sexualidade se entrecruzam em diferentes pontos, permitindo a rejeição das explicações baseadas na adição das opressões, uma ideia que cria grupos mais discriminados do que outros.

## **O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL**

O movimento feminista negro afroamericano se desenvolve em um contexto histórico e espacial da sociedade Estadunidense, o que expressa contornos bem específicos, no entanto, se torna uma influência importante para a construção de outros feminismos, sobretudo, na América Latina e Caribe, baseados no viés da colonialidade do poder e os seus efeitos sobre as mulheres racializadas. Nos Estados Unidos, intelectuais negras feministas contribuíram para compreensão dos múltiplos eixos de opressão feminina que afetam as experiências da vida de mulheres não brancas naquele país.

No Brasil, a violação perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial. Essa violência sexual colonial é também o

“cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossa sociedade (CARNEIRO, 2001).

O mito da democracia racial é o fundador da nacionalidade das sociedades latino americanas, que nega a existência do racismo, esta ideologia da miscigenação se construiu a partir da violação das mulheres negras e indígenas. O discurso nacional brasileiro esconde as dimensões de gênero e raça, e a construção da imagem da mulher negra é retratada como um corpo hipersexualizado, a sociedade colonial e escravista do Brasil contribuiu para esse mito de que as mulheres negras são quentes e provocadoras.

Observa-se que as mulheres negras têm o seus corpos desumanizados historicamente, ultrassexualizado vistos como objeto sexual. Conceição Evaristo, escritora brasileira, que por meio da *escre(vivência)* das mulheres negras explicita as aventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade insiste em inferiorizar, mulher e negra, ela denuncia que a mulher negra não aparece na literatura como musa ou heroína romântica, sua imagem ainda é ancorada pelo passado escravo, de “corpo-procriação e ou/ corpo objeto de prazer do macho senhor, não desenha para ela a imagem de



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

mulher-mãe, perfil desenhado pelas mulheres brancas em geral” (EVARISTO:2005,p.02).Esses estereótipos racistas contribuem para a cultura da violência contra as mulheres negras.

A imagem das mulheres negras construídas historicamente produziram formas particulares de violências vividas por elas, deste modo, desconsiderar o debate de raça nos debates de gênero é relegar o aprofundamento da compreensão dos elementos culturais racistas que tem violentado os direitos humanos das mulheres no Brasil. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero, classe e de raça vem desenhando contornos para ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira.

Lélia Gonzáles, intelectual e feminista negra brasileira discutiu a importância da relação entre racismo, sexismo e classismo na vida das mulheres negras e indígenas no Brasil e elaborou o conceito de Amefricanidade, tal categoria se insere em um viés pós-colonial, o objetivo é construir uma abordagem que interliga o racismo, colonialismo, imperialismo e seus efeitos. Esta autora apresenta uma visão do feminismo atenta ao racismo gendrado, um

feminismo descolonizado que insira as mulheres que estão a margem do sistema capitalista moderno colonial, com o objetivo de elaborar modelos alternativos de sociedade. Gonzáles criticou à invisibilidade da raça nos estudos e movimentos feministas no Brasil, considerando a forte presença negra e indígena (CARDOSO:2012). Na verdade, essa é uma crítica do movimento feminista negro ao feminismo hegemônico que trabalhavam com a noção unitária de gênero, não estabelecendo conexões entre o sexismo e as outras formas de dominação. Esta crítica levou as mulheres não brancas a usarem suas experiências de exclusão para desenvolver suas próprias formas de teorizações sobre gênero e feminismo.

Cardoso (2012) afirma que o movimento de mulheres negras no Brasil inseriu a categoria raça em evidência, desvelando o racismo e as desigualdades raciais como fatores determinantes no processo de opressão, discriminação e exclusão da população negra, especialmente das mulheres negras, quando o racismo e o sexismo se articulam. Segundo a autora poucos são os estudos no Brasil que abordam a intersecção de gênero e raça/etnia, estudos de gênero tem escondido a realidade das



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

mulheres negras e das indígenas. Para Bairos (1995) raça, gênero, classe social e orientação sexual configuram-se de forma multidimensional, e de acordo com o ponto de vista feminista não há uma identidade única, pois a experiência de ser mulher se dá de maneira socialmente e historicamente determinada. Esta constatação permite refletir em termos o movimento negro e de mulheres negras no Brasil, “este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que tona supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras?” (BAIROS,1995,p.461). Lutar contra o sexismo ou contra o racismo? As duas dimensões não podem ser separadas, uma não existe sobre a outra.

A luta das mulheres depende não apenas da capacidade de superar as desigualdades históricas da hegemonia masculina, mas também confere o combate a outras ideologias, como racismo, que constroem a inferioridade social dos segmentos não brancos da sociedade, em especial das mulheres negras. Portanto, medidas concretas de enfrentamento ao racismo é uma prioridade política, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem

traçando contornos para ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial como também a questão de gênero na sociedade brasileira (CARNEIRO: 2002).

Este processo feminista e antirracista de enegrecer o movimento tem significado na perspectiva da Sueli Carneiro demarcar uma agenda nas políticas demográficas, na questão da violência contra mulher ao introduzir o conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofrida pela população feminina negra, abordar sobre as doenças étnicas/raciais e formulações de políticas de saúde, problematizar a desigualdades e os privilégios das mulheres brancas em relação as mulheres negras.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo foi elaborado a partir de um exercício de reflexão teórica acerca do feminismo negro e objetivou analisar como este movimento impactou na trajetória política e intelectual de tantas mulheres negras, tanto nos Estados Unidos como no Brasil. Apesar de surgirem em contextos locais e temporais bem específicos tanto o feminismo afroamericano e afrobrasileiro lançaram duras críticas ao movimento feminista



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

branco e hegemônico que em suas elaborações construíram a imagem de uma mulher e gênero universal, como se a opressão atuasse de uma maneira única sobre a vida das mulheres, não levando em consideração as diversas realidades e experiências históricas das mulheres negras, que sempre experimentaram as múltiplas formas de discriminação e opressões de gênero, raça e classe de maneira imbricada e interseccional. O movimento das mulheres negras nos Estados Unidos construiu uma teoria entrelaçada com a ação política, mostrando que a hierarquizações das opressões é inválida não contribuindo para o processo de transformação de mudanças sociais. No Brasil as mulheres têm incorporado o debate da questão racial na agenda feminista e o debate de gênero nas pautas dos movimentos negros de modo a fazer o enfrentamento a estrutura patriarcal, sexista e racista presente na sociedade brasileira, para superar as ideologias que dão sustentação aos múltiplos eixos de opressão.

### REFERÊNCIAS

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu** (26), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero- Pagu/Unicamp, 2006, pp.329-376.

BAIROS, Luiza. “Nossos Feminismos Revisitados”. **Estudos Feministas**, Vol. 3, n..2, 1995, PP.:458-463

CARNEIRO, Sueli. Raça e Gênero. In: BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM, S. (org.) **Gênero, democracia e sociedade brasileira**, p. 1 7-194, Editora 34, São Paulo, 2002.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/0000690.pdf> Acesso 05.02.2014.

CARDOSO, Claudia Pons. OUTRAS FALAS: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. **Tese** (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PPGNEIM 2012. (Cap.III parte I – Descolonizando o feminismo: p.88-111).

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. A black feminist statement. In: MORAGA, Cherrié; ANZALDÚA, Gloria (Eds.). *This bridge called my back: writings by radical women of color*. Berkeley, CA: Bookpeople (Kitchen Table), 1981, p. 210-218.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Nómadas**.Nº26. 2007.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.10, nº 1, 2002, p.171-189.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. (Tradução Livre. Plataforma Gueto). Disponível em: <https://plataformagueto.files.wordpress.com/2013/06/mulheres-rac3a7a-e-classe.pdf> Acesso em: 08.09.2014. Original publicado em inglês: DAVIS, Angela. *Women, Race and Class*. Nova Iorque: Random House. 1981.



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (Org.). *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2005. p. 201-212.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. In: *Mujeres, crisis e movimiento: America Latina e Caribe*. Isis International, v. IX, jun 1988, Santiago, Chile. p 133-141 – Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/cxy6abzfr0lch1e/Por%20un%20feminismo%20afrolatinoamericano.pdf>.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, Vol. 3, Nº 2, 1995, p. 465-477.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151608>

HILL COLLINS, Patricia. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**/ São Paulo: SOF, 2015. 96p. (Coleção Cadernos Sempre Viva). Série Economia e Feminismo.

HILL COLLINS, Patricia. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade & Estado**. [online]. 2016, vol.31, n.1, pp.99-127. [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922016000100099&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922016000100099&script=sci_abstract&tlng=pt).

HILL COLLINS, Patricia. Rasgos distintivos del pensamiento feminista. In: JABARDO, Marcela (Ed.). **Feminismos negros: uma antologia**. Madrid: Traficantes de

Sueños, 2002, p. 209- 244. Disponível em: <http://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Feminismos%20negros-TdS.pdf> Acesso em: 06.02.2014.

Textos escolhidos de Audre LORDE. Compilado por Heretica Difusão Lesbofeminista

Independente. Em: <https://www.dropbox.com/s/ox6msu9i4h442ke/Textos%20escolhidos%20de%20Audre%20Lorde.pdf> . Acesso em: 30/01/2016. Originalmente publicados em: LORDE, Audre. *Sister outsider: essays and speeches*. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984

SARDENBERG, Cecilia. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. **Mediações**. v. 20, n. 2 (2015), p. 56-96. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24125/Caleidosc%C3%B3pios%20de%20g%C3%AAnero>.

SORJ, B.. Sociologia e Trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 25-34, 2000.